

Andréa Cristina Marques de Araújo
Sarah Lopes Passarinho
Vinícius Ricardo Pereira de Matos
Organizadores



COLETÂNEA DE TRABALHOS ACADÊMICOS:

PORTFÓLIO DE RESUMOS, RESENHAS E ARTIGOS



2021

Andréa Cristina Marques de Araújo
Sarah Lopes Passarinho
Vinícius Ricardo Pereira de Matos
Organizadores



COLETÂNEA DE TRABALHOS ACADÊMICOS:

PORTFÓLIO DE RESUMOS, RESENHAS E ARTIGOS



2021 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos à Editora e-Publicar pelos autores.

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e Edição de Arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão

Os autores

Todo o conteúdo do livro, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense
Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual de Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA



2021

João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C694 Coletânea de trabalhos acadêmicos [livro eletrônico] : portfólio de resumos, resenhas e artigos / Organizadores Andréa Cristina Marques de Araújo, Sarah Lopes Passarinho, Vinícius Ricardo Pereira de Matos. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89950-22-6
DOI 10.47402/ed.ep.b20216790226

1. Direito – Sínteses, compêndios etc. I. Araújo, Andréa Cristina Marques de. II. Passarinho, Sarah Lopes. III. Matos, Vinícius Ricardo Pereira de.

CDD 340

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
contato@editorapublicar.com.br
www.editorapublicar.com.br



2021

APRESENTAÇÃO

Esta obra é composta por 07 resumos, 04 resenhas e 02 artigos que englobam os trabalhos realizados pelos alunos do Curso de Bacharelado em Direito, no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), turma DI2NA matriculados no 1º semestre de 2021, produzidos na disciplina Metodologia Acadêmica.

Como conteúdo programático da Disciplina, o formato escrito na modalidade resumo (ABNT NBR 6028, 2002) é trabalhado em seus diversos aspectos, tais como item obrigatório de um artigo, item obrigatório em um trabalho acadêmico ou relatório e também como resumo de obras de terceiros.

Neste sentido, visando unir a normalização do instrumento escrito resumo (ABNT NBR 6028, 2002), bem como o conteúdo teórico de Tipos de Conhecimento (Conhecimento científico), foi proposto aos alunos a elaboração do resumo simples do capítulo 3 do Livro **Fundamentos de Metodologia Científica**, das autoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi.

Além do instrumento resumo, também foi trabalhado na disciplina a produção de resenhas de materiais científicos e a produção de artigos científicos.

Para tornar a atividade interessante surgiu a ideia de unir todos os trabalhos apresentados, com a prática de submissão, aceitação e publicação dos resumos, o qual finalizou na organização do presente livro, trazendo a vivência relacionada em publicações científicas.

Esperamos que este livro tenha despertado nos alunos envolvidos o interesse na pesquisa e publicação científica, colaborando para fortalecer o ensino superior e o desenvolvimento da sociedade.

Andréa Cristina Marques de Araújo

Organizadora

Professora da Disciplina

SUMÁRIO

PORTFÓLIO DE RESUMOS	8
Resumo 1.....	8
	Andréa Câmara Rodrigues
Resumo 2	9
	Camila Virgolino Freitas
Resumo 3	10
	Karan de Andrade Picanço
Resumo 4	11
	Larissa Reis da Silva
Resumo 5.....	12
	Louise Leticia Wanzeler Cardoso
Resumo 6.....	13
	Luziele Lima Monteiro
Resumo 7.....	14
	Silvia Carla Miranda Ferreira
PORTFÓLIO DE RESENHAS	15
Resenha 1	15
	Camila Virgolino Freitas
Resenha 2	17
	Karan de Andrade Picanço
Resenha 3	20
	Larissa Reis da Silva
Resenha 4	22
	Sílvia Carla Miranda Ferreira
PORTFÓLIO DE ARTIGOS	27
Artigo 1 - A aquisição de saberes e o processo de construção de sociabilidades mais igualitárias no espaço da família a partir de uma perspectiva geracional.	27
	Silvia Carla Miranda Ferreira
Artigo 2 - A mulher no Mercado de Trabalho: Os preconceitos e a disparidade salarial	43
	Camila Virgolino Freitas
SOBRE OS ORGANIZADORES	51

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Andréa Câmara Rodrigues¹

RESUMO

O capítulo 3 do livro “Fundamentos de metodologia científica” de Lakatos e Marconi aborda um assunto relevante para todos os âmbitos sociais: a ciência e o conhecimento científico. É necessário, portanto, reconhecer os diversos tipos de conhecimentos presentes e como eles são fundamentais para a vida em comunidade. Percebe-se que o conhecimento formal tão propagado e ensinado nos tempos atuais é um desenvolvimento de outro, mais informal, milenar que desde a Antiguidade já era responsável por auxiliar o homem na caça, na plantação e na colheita. Sabe-se que hoje as práticas de plantio são mais desenvolvidas e, diferente da época, usam um conhecimento mais racional e aperfeiçoado. Para essas duas formas de entender o funcionamento da realidade tem-se o nome de conhecimento vulgar ou popular e de conhecimento científico. O conhecimento vulgar, também conhecido como “bom senso”, é passado entre as gerações e leva em conta a experiência própria, já o científico considera um método experimental mais racional e objetivo para poder explicar os fenômenos. Dessa maneira, há a necessidade de perceber a importância de como ambos possuem formas diferentes de observar uma vivência e, embora tenham suas particularidades, não compõem um sistema de hierarquia. No que se refere às características, o conhecimento popular apresenta-se de forma superficial, sensitivo, subjetivo, assintomático e acrítico. Já o científico seria real, contingente, sistemático e o que mais se aproximaria do exato. Entretanto, vale ressaltar que ambos são falíveis. Outras formas de conhecimento também apresentadas no capítulo são: o filosófico e o religioso. O filosófico é valorativo e, embora não verificável, apresenta-se racional pela lógica consistida em seus enunciados. Diferente dos outros descritos, é considerado infalível e exato, mas não se utiliza de métodos científicos, apenas da própria razão para tratar de problemas humanos e de uma concepção abrangente do universo. Por outro lado, o conhecimento teológico, ou religioso, é valorativo, infalível e indiscutível. Por terem ligação direta ao sobrenatural, a verificação de uma verdade não segue uma lógica preestabelecida, apenas o caráter divino e a fé dos envolvidos. Vale ressaltar que todas as formas de conhecimento podem estar presentes na mesma pessoa. A ciência, de forma conceitual, é apresentada como uma sistematização de conhecimentos, com um objetivo claro a ser estudado. Independente de qual seja o tipo de ciência abordada, ela apresentará as seguintes características: finalidade, função e objeto (material ou formal). A fim de classificá-las, os autores irão dividi-las por ramos de estudo, levando em consideração o objeto e a metodologia utilizada. Logo, tem-se que as ciências podem ser formais (lógica ou matemática) ou factuais (naturais ou sociais). As naturais, por sua vez, são divididas em física, química e biologia e outras. Já as sociais entre antropologia, cultura, direito, economia, política, psicologia social e sociologia. Os autores, portanto, refletem que independentemente da ciência utilizada e qual conhecimento será abordado, o homem apropriou-se de um meio para entender a si mesmo e o que o rodeia, facilitando seu convívio social e sua forma de viver no mundo.

Palavras-chave: Conhecimentos. Conhecimento científico. Ciências.

¹ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Camila Virgolino Freitas²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma síntese do capítulo 3 do livro ‘Fundamentos de Metodologia Científica’, das autoras Lakatos e Marconi. No qual é abordado os conhecimentos científicos e outros tipos de conhecimentos existentes na sociedade, desde a antiguidade até a contemporaneidade. As autoras descrevem, no decorrer do texto, que o camponês, mesmo falto de estudo, desenvolveu técnicas as quais o beneficiou no plantio e cultivo de alimentos, por meio da observação dos fenômenos naturais que aconteciam no seu cotidiano, e que com o passar dos anos essas técnicas foram sendo aperfeiçoadas e culminaram em uma revolução agrícola. Ademais, mostra-se que o conhecimento científico e vulgar se relacionam, pois são meios de se chegar ao conhecimento, no entanto podem ser diferenciados pela forma e método do conhecer. Visto que o senso comum limita-se a percepção e as sensações, enquanto o conhecimento científico usa a racionalidade, explica e comprova os fatos. Posteriormente, são aduzidos outros tipos de conhecimento como o filosófico, que é valorativo onde as hipóteses surgem da experiência, é racional, sistemático e sua finalidade é compreender as indagações que assolam o homem; e o religioso ou teológico, que é valorativo, sistemático, suas evidências não são comprovadas e o ponto central é a revelação divina por meio da fé, e sua verdade é infalível. É descrito, também, que os conhecimentos podem coexistir em uma pessoa, embora haja uma separação “metodológica”. As autoras reforçam o conceito de ciência, por intermédio da definição de Trujillo Ferrari, onde este expõe que a ciência é um conjunto de métodos racionais que buscam a comprovação dos acontecimentos por meio da verificação. Por fim, é apresentada a divisão da ciência em factuais e formais que englobam todas as áreas de estudo de acordo com seu conteúdo de atuação. Logo, mostra-se que o conhecimento científico por sua complexidade metodológica é o que mais se aproxima do conhecimento exato.

Palavras-chave: Conhecimento Científico. Conhecimento. Tipos de Conhecimento. Metodológica.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) turma DI2NA.



Resumo 3 – Autor: Karan de Andrade Picanço

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Karan de Andrade Picanço³

RESUMO

O estudo trata a respeito dos tipos de conhecimento, que são quatro: científico, popular, filosófico e teológico. O conhecimento científico representa muito bem a ciência, que é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação. A ciência se divide em formais (lógica e matemática) e factuais (naturais e sociais); as factuais se classificam em física, química e biologia enquanto as ciências sociais são classificadas em antropologia cultural, direito, economia, política, psicologia social e sociologia. O conhecimento científico é provido de lógica, enquanto o conhecimento popular não se diferencia do conhecimento científico nem pela veracidade muito menos por sua natureza do objeto conhecido, a diferença consiste na forma, no método e no objeto que se conhece, por isso a ciência não é o caminho único para acessar o conhecimento e a verdade; um mesmo objeto ou fenômeno pode ser matéria de análise tanto pelo cientista quanto pelo homem comum, a forma como é observado é o que leva um ao conhecimento científico e o outro ao conhecimento vulgar ou popular. A descontinuidade radical que há entre a ciência e o conhecimento popular no que concerne ao método em vários aspectos não deve ser motivo para que o conhecimento popular seja ignorado, há de se levar em consideração que a fundamentação e enunciados construídos pelos núcleos da ciência são diferentes daqueles do senso comum onde está o conhecimento popular, que é sustentado pelos resultados do acúmulo de informações adquiridas ou que se ouviu dizer ao longo da vida, mas que estão vinculados ao objeto em observação. O ideal de racionalidade, ou seja, a construção de imagens da realidade, verdadeiras e impessoais nunca será ultrapassada se não forem transpostas as barreiras do dia a dia e as experiências individuais. É necessário que o ser humano coloque de lado seus pontos de vistas e prime pela criação de hipóteses que admitam objetos e fenômenos que ultrapassam as percepções individuais dos sentidos de cada pessoa. O conhecimento científico é diferente do conhecimento popular, pois o primeiro tem como características o real (factual), contingente sistemático verificável falível e aproximadamente mais exato; o segundo se caracteriza por ser valorativo, reflexivo, assistemático, verificável, falível e inexato, é superficial e se conforma apenas com a aparência. Os outros dois tipos de conhecimentos existentes são o conhecimento filosófico e o conhecimento teológico. O conhecimento filosófico consiste em hipóteses, que não poderão ser submetidas à observação, pois essas hipóteses filosóficas se baseiam em experiências, portanto, ele emerge da experiência e não da experimentação. E, por fim o estudo enfatizará acerca do conhecimento teológico ou religioso, que se apóia em doutrinas que contêm proposições sagradas (valorativas), por terem sido reveladas pelo sobrenatural (inspiracional) e, por esse motivo, tais verdades são consideradas infalíveis e indiscutíveis (exatas); é um conhecimento sistemático do mundo (origem, significado, finalidade e destino) como obra de um criador divino; suas evidências não são verificadas, estão implícitas em atitudes de fé perante um conhecimento revelado.

Palavras-chave: Conhecimentos. Científico. Popular. Filosófico. Religioso.

³Graduando em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Larissa Reis da Silva⁴

RESUMO

Em suma, a ciência é descrita, como sendo, uma sistematização de conhecimento, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de determinados fenômenos. O conhecimento é dividido em popular, científico, filosófico e religioso. O conhecimento popular é também fortemente denominado com senso comum, e o segundo que transpõe credibilidade, todavia, a diferença dentre eles são os métodos, formas e instrumentos empregados do “conhecer”. A priori, a ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade. A posteriori, um mesmo objeto ou fenômeno pode ser matéria de observação tanto para o cientista quanto para o homem comum; o que leva um ao conhecimento científico e outro ao vulgar ou popular é a forma de observação. Filosófico É racional, em virtude de consistir num conjunto de enunciados logicamente correlacionados, assim, visam a uma representação coerente da realidade estudada, numa tentativa de compreendê-la em sua totalidade. Religioso/Teológico Apoiar-se em doutrinas que contêm proposições sagradas, haja vista, que a revelação deu-se por meio sobrenatural. O princípio desse conhecimento é que as "verdades" tratar-se-ão como infalíveis e indiscutíveis, logo, o fiel não se detém à procura de evidência, pois a toma da causa primeira, ou seja, da revelação divina. O conhecimento Científico debruça-se sobre ocorrências ou fatos. Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência. As ciências possuem Finalidade, pois apresentam a preocupação em distinguir a característica comum ou as leis gerais que regem determinados eventos. Função, através do aperfeiçoamento crescente acervo de conhecimentos, da relação do homem com o seu mundo. Objeto quando divide-se em material (pretende estudar, analisar, interpretar ou verificar, de modo geral) e forma (ênfase especial no que tange as diversas ciências que possuem o mesmo objeto material). Finalizando este resumo, cabe ressaltar as características dos tipos de conhecimento, desse modo: **Popular:** Valorativo; reflexivo; assistemático; verificável; falível e inexato. **Científico:** Real(factual); contingente; sistemático; verificável; Falível; aproximadamente exato . **Filosófico:** Valorativo; racional; sistemático; não verificável; infalível; exato. **Teológico:** Valorativo; inspiracional; sistemático; não verificável; infalível; exato. **Palavras-chaves:** Metodologia científica. Tipos de conhecimento. Sistematização.

⁴ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA).



Resumo 5 – Autora: Louise Leticia Wanzeler Cardoso

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Louise Leticia Wanzeler Cardoso⁵

RESUMO

Nota-se que o ser humano, ao decorrer do tempo, desenvolveu a capacidade de abstrair conhecimento do mundo de variadas formas. Nesse sentido, as autoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, preocupadas com a origem, distinção e definição dos métodos de produção desses tipos de conhecimentos: vulgar, científico, teológico e filosófico, elaboraram o capítulo três do livro “Fundamentos de metodologia científica”, o qual é o objeto de síntese deste trabalho. Sendo assim, deve-se pontuar que o texto referido começa utilizando o recurso narrativo de regressão ao passado para abordar a diferença entre os saberes científico e popular desde a sua gênese, e logo depois argumenta que ambos surgem de necessidades iguais, mas a partir de procedimentos que preveem resultados diferentes. Ademais, é explorado as características de cada tipo de conhecimento, sendo o vulgar determinado por ser a soma de saberes cotidianos e valorativos ordenados de forma assistemática; o científico, organizado, aproximadamente exato e capaz de ser submetido à verificação; o filosófico, exato, racional e dedutivo; o religioso, infalível, sistemático e inspiracional. Além disso, é destacado que, haja vista a particularidade metodológica de cada saber, há a possibilidade plena de eles coexistirem de maneira pacífica dentro de um mesmo sujeito. Por fim, é citado o conceito de ciência de acordo com a definição da autora do livro “Metodologia da ciência”, Trujillo Ferrari, que delega à tal palavra “finalidade”, “objeto de estudo” e “funcionalidade”, como requisitos para a complexa sistematização de atividades racionais executadas pelo método indutivo. Logo, é possível perceber que o terceiro capítulo do livro em análise aborda de maneira pragmática e didática a história e a caracterização dos meios de produção desses quatro tipos de conhecimento.

Palavras-chave: Conhecimento. Método. Ciência. Característica.

⁵ Aluna do Curso de Direito, turma DI2NA- CESUPA.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Luziele Lima Monteiro¹

RESUMO

O presente resumo visa contribuir com as discussões do capítulo 3 do livro das autoras Lakatos e Marconi. Haja vista que durante muito tempo o conhecimento possibilita distintas formas, assim podemos observar na antiguidade um camponês sem outros conhecimentos em reconhecer o momento certo da sementeira em relação às suas colheitas ao solo. Vejamos, a Revolução Agrícola de maneira nenhuma se prendeu à vida agrícola, embora com a existência da cultura do nabo e do trevo passou a sua utilização de maneira constante devido ao seu cultivo no solo. Ademais as autoras relataram dois tipos de conhecimento, sendo o primeiro vulgar ou popular em que utiliza como exemplo o camponês que por meio de geração em geração ou seja de experimento pessoal, empírico não tem conhecimento sobre a composição do solo. Por outro lado, na região agrícola, o segundo que se refere científico por intermédio de treinamento apropriado do solo, conduzido de maneira racional.

Diante disso, o conhecimento vulgar ou popular não possibilita a distinção entre o conhecimento científico dado pela natureza do objeto conhecido, em vista disso a ciência também não é o único caminho para o acesso ao conhecimento. Do mesmo modo, o que leva o conhecimento científico e o outro vulgar ou popular é a sua forma de observação do objeto. Levando em consideração as características do conhecimento popular como a superficial sobre como comprovar ao estar juntos das coisas, o senso crítico e suas emoções, o subjetivo por ouvir dizer, a assistemática pela não organização de ideias e o acrítico que institui de maneira crítica. Para o conhecimento existente estão relacionada o valorativo tendo como base um estado cheio de ânimo e emoções, quando pensamos sobre reflexivo se diz pela limitação do objeto, o verificável de forma que se pode ver na convivência e por fim o falível e inexato por percepções objetivas. Convém lembrar que o conhecimento filosófico é valorativo através de hipóteses em que nela não se baseia em experimento, o racional possibilita um conjunto de enunciados, o sistemático visam de forma coerente uma tentativa estudada, o falível e exato busca a experimentação da observação. Acerca da obra o conhecimento religioso tem como o reconhecimento a sua tal revelação da divindade. De acordo com a ideia do conhecimento científico, existe uma pessoa que pode ter diversas formas de conhecimento, seja filosófico ou um que seja de conhecimento religioso. Haja vista que a ciência busca o objetivo ou finalidade, função, objetivo que esteja no modo material ou formal e que sua divisão vai de acordo com o ramo do estudo e a ciência específica, seja de objeto, de diferentes enunciados ou de metodologia que será utilizada.

Palavra-chave: Tipos de conhecimento. Conhecimento vulgar ou popular. Conhecimento Científico. Conhecimento filosófico.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Silvia Carla Miranda Ferreira⁶

RESUMO

O capítulo inicia fazendo uma distinção entre o conhecimento informal, adquirido por meio da experiência, e transmitido de uma geração para outra e o conhecimento formal e científico, adquirido racionalmente por meio de treinamento apropriado, que apoia-se em métodos e procedimentos específicos que buscam compreender o 'por que' e o 'como' dos objetos e dos fenômenos, relacionando fatos de modo amplo, possibilitando, assim, maior domínio do ser humano sobre tais objetos e fenômenos. Ressalte-se que tanto o conhecimento baseado no senso comum quanto o conhecimento científico são meios de produção e de acesso «ao conhecimento e à verdade»: ambos buscam construir esse conhecimento sobre os objetos e os fenômenos de modo racional e objetivo, revelando aqui um ponto em comum entre esses dois olhares. Entretanto, tanto a racionalidade quanto a objetividade circunscritas ao conhecimento informal ou popular é limitada na medida em que está vinculada à percepção e à ação sobre realidade. Por sua vez, a ciência irá construir o conhecimento por meio hipóteses sobre os objetos e os fenômenos que ultrapassam o «ponto de vista antropocêntrico» e que serão passíveis de verificação planeada a qualquer momento e interpretadas por meio das teorias que «constituem o núcleo da Ciência». Enquanto o saber popular é espontâneo, adquirido sem estudo formal, o saber científico faz uso do método para produzir conhecimento sobre a realidade, sendo esta a diferença que irá distanciar esses dois saberes, assim como irá distanciar o saber científico de outros dois saberes: o filosófico e o religioso. Quanto à esses tipos de conhecimento, podemos afirmar que o saber popular é valorativo, reflexivo, assistemático, verificável, falível e inexato; o saber filosófico é valorativo, racional, sistemático, não verificável, infalível e exato; o saber religioso é valorativo, inspiracional, sistemático, não verificável, infalível e exato; e o saber científico é real (factual), contingente, sistemático, verificável, falível e aproximadamente exato. A realidade pode ser apreendida a partir de qualquer uma dessas perspectivas e o sujeito de conhecimento pode simultaneamente conjugar todos esses olhares em si. A Ciência, particularmente, pode ser definida como certo conhecimento organizado sobre determinado objeto e/ou fenômeno com o objetivo de extrair uma lei geral. A Ciência, portanto, tem *objetivo e finalidade* quando busca por meio da construção de conhecimento sistemático sobre os objetos e os fenômenos as leis gerais que o regem. Possui ainda a *função* de melhorar por meio do conhecimento produzido as relações entre o ser humano com sua realidade. Ao olhar para a realidade, no âmbito da pesquisa, o objeto ou fenômeno a ser estudado pode ser *material* quando o estudamos de modo geral ou *formal* quando damos um determinado enfoque haja vista o interesse de outras áreas de conhecimento sobre o mesmo objeto ou fenômeno. Na medida em que a produção dos saberes científicos avançou tornou-se necessário classificar os diferentes ramos de estudo tanto com relação à sua ordem de complexidade, quanto com relação à seu conteúdo. Assim, podemos classificar a Ciência como formal – Lógica e Matemática – e factual – Naturais e Sociais.

Palavras-chave: Conhecimento popular. Conhecimento filosófico. Conhecimento religioso. Conhecimento científico. Método científico.

⁶Graduanda do curso de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA.. CV: <http://lattes.cnpq.br/8849307323828920>.



Resenha 1 – Os clássicos da política. Autora: Camila Virgolino Freitas

WEFFORT, Francisco Corrêa. **Os clássicos da política**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2011.

Camila Virgolino Freitas⁷

RESENHA CRITICA

A obra *Os Clássicos da Política*, desenvolvida pelo estudioso Francisco C. Weffort com a colaboração de Tereza Albuquerque, Renato Ribeiro, Leonel Mello, José Augusto Albuquerque, Milton Nascimento e Fernando Limongi, reuni os mais renomados clássicos da política do mundo moderno: Maquiavel, Hobbes, Montesquieu, Rousseau, John Locke e os autores do federalismo: Madison, Hamilton e Jay. Traz uma linguagem acessível e de fácil compreensão para os que estão adentrando no mundo das pesquisas e estudos acadêmicos.

Os autores estão divididos em capítulos que se iniciam com uma breve apresentação de suas vidas, costumes e obras. Ademais, é feita uma ligação dos acontecimentos da época em que viveram com seus feitos e contribuições. Essa apresentação é feita por um professor colaborador, a qual tem grande experiência no tema. Isso garante que o leitor tenha um aprofundamento e compreensão maiores.

O primeiro autor abordado é Maquiavel, nesse capítulo é falado sobre sua vida e rotina. É abordada a oposição da Anarquia com o Principado República, a Virtú versus Fortuna e os desdobramentos do pensamento político moderno e crítico.

Hobbes, é o segundo autor desenvolvido, e que também é exposto acerca de sua trajetória. Nesse capítulo é falado sobre o medo e a esperança, o medo do governo absolutista e a esperança da liberdade, bem como os métodos para alcança-la.

John Locke, o terceiro autor discorrido, aborda o individualismo liberal. Locke é tido como m defensor da liberdade e da tolerância religiosa, ele desenvolveu com a ajuda de Hobbes e Rousseau o jusnaturalismo. Que discuti o Estado de Natureza, as ideias de Locke se difundiram por todo Ocidente, ganhando seguidores. Ainda, é apresentado alguns comentários dos textos de Locke, como: do estado de natureza, do estado de Guerra, da prioridade, e outros.

Dando continuidade, Montesquieu é o quarto autor a ser abordado com seu percurso de vida e sua contribuição no que diz respeito a sociedade e as formas de poder. É nesse capítulo

⁷ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) turma DI2NA. Email: camilavirgolinof@gmail.com.



onde mais é exposta as contribuições do autor, pode-se dizer que, de fato Montesquieu é um dos maiores contribuintes do pensamento político moderno. Visto que sua percepção histórica abrange grandes acontecimentos políticos de sua época, visando a estrutura social.

Rousseau, o quinto a ser apresentado, é tido como um dos filósofos do século das luzes. Aqui é falado sobre a servidão, a trajetória do homem no que se refere a liberdade no estado de natureza ao surgimento da propriedade. O contrato social, onde o homem nasce livre, mas se torna prisioneiro. E, por fim há uma análise a respeito do Discurso sobre a origem da desigualdade e o Contrato social.

E por fim, O Federalismo, onde é discorrido sobre a ineficiência do atual governo federal e a necessidade de uma nova Constituição para os Estados Unidos da América. Como a insatisfação popular pode mudar os rumos de uma nação tão poderosa, buscando preservar e perpetuar direitos alcançados.

Os Clássicos da Política, é uma obra de fácil compreensão que aborda, de forma didática e acessível, os filósofos que se debruçaram a estudar a política moderna. Com sua abordagem simples, o uso dessa leitura se torna uma ferramenta, no que diz respeito a iniciação científica de novos pesquisadores.

Resenha 2 – A geração superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros.

Autor: **Karan de Andrade Picanço**⁸

CARR, Nicholas. **A geração superficial**: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros. Trad. FRIAÇA, M.G.F. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

RESENHA CRÍTICA

Nicholas Carr é um escritor norte-americano especializado em escrever sobre tecnologia. Carr escreveu para importantes jornais e periódicos e em 2010 lançou o livro mais polêmico da sua carreira, que se transformou em um Best Seller e no Brasil recebeu o título de Geração superficial: o que a internet⁹ está fazendo com os nossos cérebros. Em 2011 foi finalista do prêmio Pulitzer, na categoria de não ficção.

Em *A geração superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros*, Carr (2011) como o próprio título expressa aborda os efeitos das tecnologias digitais, em especial aqueles que são causados pela internet no cérebro humano. Para Carr (2011), na medida em que, a internet, ferramenta tecnológica com maior poder de absorver o indivíduo para o mundo virtual provoca uma espécie de adaptação para a nova realidade a partir do que se pode dizer uma reconfiguração do principal órgão do corpo humano, observa-se o lado negativo da rede.

A metáfora de que a internet é a reconfiguração do cérebro se deu nas últimas décadas quando ela se tornou um fenômeno equivalente a uma simbiose entre o ser humano e a máquina a partir da evolução dos dispositivos tecnológicos, principalmente os móveis, que a cada dia são mais indispensáveis à vida cotidiana, como se estivessem aos poucos se acoplando ao corpo físico. Os dispositivos funcionam conectados à rede mundial de computadores, internet, que segundo os estudos divulgados pelo autor têm influência no desenvolvimento cerebral das pessoas que se tornaram dependentes desse tipo de tecnologia devido à modificação na forma de pensar e de reter o conhecimento e de ver o mundo.

Nesse sentido, a principal abordagem do livro é o papel da tecnologia na vida das

⁸Graduando em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).

⁹A internet é uma rede mundial que tem como objetivo interligar computadores para fornecer ao usuário o acesso a diversas informações. Por isso é chamada de rede mundial de computadores.



peças e na sociedade, verificar se o uso é positivo ou negativo, considerando que o mundo conectado à rede mundial de computadores traz uma gama infinita de informações e distrações, com inúmeros atrativos, mas uma vez que as pessoas não se aprofundam no conhecimento oportunizado pelo mundo virtual terminam se tornando alienadas.

Nessa linha de entendimento, os principais aspectos abordados no livro consistem em traçar paralelos entre as ferramentas tecnológicas que afetam o intelecto com o corpo humano; a leitura profunda versus a leitura artificial; e os efeitos da internet sobre o cérebro, à luz da ciência.

No primeiro caso, o autor chama a atenção para o fato de que a internet, por trazer conteúdos modificáveis a todo o momento, em razão de não ser estática, influencia no modo de pensar e agir das pessoas, motivo pelo qual alerta que é necessário se ter pensamento crítico em relação ao conteúdo absorvido na internet.

Na segunda abordagem, o autor resenhado faz um cotejo partindo de sua própria experiência quanto à leitura, comparando a leitura realizada em meio físico (livros impressos) com a leitura feita a partir de meios virtuais. Para consolidar a análise, Carr (2011) expõe que a principal diferença entre uma e outra decorre da distração promovida pela internet, que impede o leitor de se concentrar no conteúdo, refletir sobre ele, uma vez que é vítima de vários estímulos. Como o ambiente é propício às distrações, a leitura acontece de modo que o leitor realiza multitarefas concomitantemente, isto leva à distração, e, por conseguinte, ao não aprofundamento do conhecimento, diferentemente do livro impresso. O autor se utiliza da expressão “dissolução da mente linear”, que segundo ele, é aquela que se concentra na leitura ativa por meio das reflexões, geradoras de conhecimento para externar a sua compreensão acerca da leitura off line.

O terceiro aspecto está diretamente vinculado ao título da obra ora resenhada. Nesse sentido, procura respostas na neurociência, neuroplasticidade e psicologia. Carr (2011) compreende que os hábitos existentes no cérebro estão sendo substituídos por hábitos superficiais adquiridos na internet. A neuroplasticidade, de forma resumida e singela é a capacidade que o principal órgão humano tem de se adaptar às mudanças, conforme as vivências, necessidades, estímulos e o ambiente em que o sujeito está inserido. Assim, ocorre a mudança no cérebro, por óbvio, as pessoas também tendem à mudança de comportamento. Por isso, cabe ressaltar, que se antes as pessoas estavam habituadas às leituras de textos longos que exigiam maior concentração agora o interesse é por textos pequenos.



Em dias atuais, ao contrário, do que era anteriormente à internet, as pessoas “se prendem” somente em leituras rápidas, com textos curtos, que permitem com que elas realizem várias tarefas ao mesmo tempo. Ao condicionar o cérebro às leituras menores se dificulta o entendimento das leituras maiores que exigem mais concentração. O autor faz referência ao psicólogo Jonh Sweller, que aborda os efeitos da internet de modo a interferir no pensamento para que ele não se aprofunde.

Ficou bem esclarecido que Carr (2011) não vê com bons olhos os atalhos que a internet traz, pois são atalhos que apresentam assuntos complexos e extensos em textos pequenos que viciam por pela redução do tamanho. É aquele famoso provérbio popular que comenta que a escolha em passar pela porta larga e não pela estreita que está corretamente disponibilizada para a passagem pode gerar consequências desastrosas. Assim acontece com o reducionismo proposto por muitos sites da web. Enganam-se os que pensam que lucram com essa dita “vantagem”, o prejuízo está na aquisição do conhecimento que ficou comprometido sobre o qual se pode pagar um preço muito alto mais à frente.

Em últimas considerações, o texto é rico em dados e exemplos fundamentados na neurociência e psicologia, o autor deixa de apresentar estatísticas precisas sobre determinados comportamentos. Por um lado, a tese (ideia) do autor condizem plenamente com a realidade, chamando a atenção para algumas patologias que surgiram em pessoas dependentes da utilização da rede mundial de computadores. Por outro, ela estabelece uma visão dicotômica, na medida em que, praticamente aborda o estudo e apresenta os pontos positivos e negativos dos efeitos da internet no cérebro humano, quando deveria explorar que o uso da tecnologia será sempre um reflexo da sociedade e nesse sentido, será aplicado de forma positiva ou não, isto dependerá de como cada pessoa utiliza a internet.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado.** São Paulo: Todavia, 2019.

Larissa Reis da Silva

RESENHA CRÍTICA

CREDECIAIS DO AUTOR

Itamar Vieira Junior, nasceu em 1979, Salvador/BA, formado em geografia e concluiu mestrado pela Universidade Federal Da Bahia-UFBA, é doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela mesma instituição. No decorrer de sua carreira já produziu inúmeras obras, dentre elas estão; Dias-2012, a oração do carrasco- 2017 e torto arado-2019. Em decorrência dessa deslumbrante carreira, o autor já teve suas obras vencedoras das premiações relevantes nacionalmente e internacionalmente, ou seja, prêmio jabuti por conto, prêmio jabuti por romance e prêmio LeYa, esse último ganho em Portugal referente a obra objeto desta resenha

RESUMO

Em síntese, trata-se de uma denúncia tangente à sociedade que é profundamente castigada pelo sistema escravocrata que outrora era tolerado. É sabido que após tanto penar houve a proibição da prática por meio de lei, no entanto, a falta de inserção, de direitos e de oportunidades nos mostra vergonhosamente que a chaga ainda está aberta e latente, pois, os descendentes das pessoas sequestradas e escravizadas até o presente momento são subjugadas as mazelas sociais.

APRECIÇÃO CRÍTICA DO RESENHISTA

A priori, as personagens centrais são duas irmãs, Bebiana e Belonisia, uma tragédia compartilhada pelas irmãs as aproxima de maneira ímpar, diante disso, uma torna-se a voz da outra, uma harmonia e uma ligação que alegoricamente representa o elo que embasa aquela região. Apesar da conexão entre as irmãs, as mesmas possuem características distintas no que concerne ao enfrentamento à realidade e a projeção do futuro. Ao redor das irmãs outras vidas são retratadas, o enredo é inteligentemente entrelaçado, de modo, a nos deixar nitidamente a dureza da sobrevivência no sertão nordestino.

Ademais, o autor faz uma estruturação de forma humanizada e comovente ao expor o legado de um passado extremamente hostil em decorrência de um sistema escravocrata, especificamente no sertão baiano, Itamar Vieira, retrata a vida severina dos amordaçados.



Assim sendo, pode-se analisar a simbologia na marcante cena que dá origem ao romance, isto é, a estigmatização dos moradores de água negra, logo, a mutilação de quem desde pueril já está condenado a submissão no corpo social.

Nesse ínterim, os indivíduos nessa conjuntura vivem pouco, haja vista que não é permitido a eles mais, deve-se ser subalterno para viver e manter seus familiares vivos. É evidente a existência de dicotomia, de um lado, poucos aproveitam desse método vigorado, de outro lado, muitos são os que padecem para sustentá-lo.

É válido ressaltar que todo esse contexto dá ênfase a figuras femininas, por isso é acompanhado não somente pelo leitor, mas também por Santa Rita Pescadeira, entidade, em que aquele povo deposita muita devoção(narradora).

Em suma, é um livro imprescindível sermos minimamente cientes acerca da realidade vigente do sertão brasileiro, uma experiência esplêndida em vivências peculiares, sejam elas, regionais, costumes e crenças genuinamente brasileiras. Para abarcar, urge pontuar que além de ser uma narrativa muito bem construída em aspectos literais, inquestionavelmente é um livro atemporal.



Resenha 4 – Cartilha mulheres e a Covi-19 no Pará. Autora: Sílvia Carla Miranda Ferreira

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Cartilha mulheres e a Covid-19 no Pará.** Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará/Ministério Público do Estado do Pará, 2020.

Sílvia Carla Miranda Ferreira¹⁰

RESENHA CRÍTICA

A cartilha, publicada em 2020, é resultado de uma parceria da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) e do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Ministério Público do Pará (MPPA) e traz informações e orientações para as mulheres «sobre saúde, enfrentamento à violência e mercado de trabalho» no âmbito da pandemia. Está dividida em seis partes, a saber, apresentação, cuidados com a saúde, enfrentamento à violência, mercado de trabalho, anexos e referências.


Na **apresentação** informam sobre a parceria entre ALEPA e MPPA na concepção da obra, alinhada com iniciativas similares do Governo Federal e da ONU Mulheres. Fornecem os endereços eletrônicos (e-mail) para dúvidas e contribuições, assim como telefones para denunciar casos de violência contra a mulher.

Em seguida, no tema **cuidados com a saúde** explica que a doença COVID-19 é uma infecção respiratória e aponta seus sintomas mais comuns, tais como tosse, dor de garganta e dificuldade de respirar, informando que a transmissão ocorre por meio do contato com pessoas infectadas ou com objetos contaminados. Lista, a seguir, onze dicas para evitar a contaminação elaboradas pelo Ministério da Saúde e ressalta a necessidade de manter o isolamento de catorze dias se contrair a doença.

Recomenda redobrar os cuidados com a higiene e manter-se longe de aglomerações se for idoso ou pessoa com doenças crônicas como diabetes, pressão alta e doenças cardiovasculares. Adicionalmente informa o website www.coronavirus.saude.gov.br para obter mais informações.

Inicia, então, suas recomendações às gestantes e mães. A Secretaria Nacional de Política para Mulheres juntamente com o Ministério da Saúde esclarecem dúvidas comuns que

¹⁰ Graduanda do curso de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA. CV: <http://lattes.cnpq.br/8849307323828920>



circulam nas redes sociais a fim de tranquiliza-las. Enumeram oito recomendações gerais a serem observadas.


A seguir falam do pré-natal em três situações, recomendando (i) o adiamento por catorze dias de consultas e exames de rotina se a gestante apresentar os sintomas da gripe. Entretanto, (ii) se tiver febre alta ou falta de ar deve procurar rapidamente a unidade onde realiza o pré-natal. Por fim, (iii) se a gestante não tiver sintomas da COVID-19 deve-se proceder normalmente com o pré-natal.

Sobre o parto as dicas foram divididas em dois tópicos: (i) visita prévia à maternidade deve ser conversada com o profissional que acompanha o pré-natal; (ii) o direito garantido pela Lei 11.108/2005 de ter um acompanhante durante o trabalho de parto, pós-parto e internação hospitalar pode se restringido e qualificado se houver risco de transmissão para a mulher. Finaliza, ressaltando que o vírus SARS-CoV-2 não havia sido encontrado no cordão umbilical até o momento dessa publicação.

O aleitamento é o último tema sobre cuidados com a saúde e é tratado em quatro tópicos: (i) mães que amamentam, ainda que contaminadas, devem ficar junto aos seus bebês; (ii) manter distância de 2 metros entre a cama da mãe e o berço do bebê não havendo comprovação de «transmissão da doença por meio do leite materno»; (iii) a Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde recomendam o uso da máscara durante a amamentação para aquelas mulheres infectadas ou com suspeita de infecção; (iv) a Organização das Nações Unidas divulgou orientações para mães e cuidadoras sobre o coronavírus.

No tema **enfrentamento à violência contra a mulher** é apontado o aumento de casos de violência doméstica contra a mulher durante o isolamento social no mundo todo ressaltando a importância da informação e do atendimento à mulher como forma de conter a violência. A cartilha informa um passo a passo de onde e como procurar ajuda.

Lista dez instituições onde a mulher pode procurar orientação e suporte: (i) Central de atendimento à mulher do Governo Federal - ligue 180; (ii) Polícia Militar - ligue 181; (iii) Fundação PARÁPAZ; (iv) Patrulha Maria da Penha; (v) Defensoria Pública do Estado do Pará - Núcleo de prevenção e enfrentamento à violência de gênero (NUGEN); (vi) Delegacias especializadas de atendimento à mulher – DEAMS; (vii) Ministério Público do Estado do Pará - Núcleo de enfrentamento à violência contra a mulher (NEVM); (viii) Tribunal de Justiça do Pará – Coordenadoria Estadual das mulheres em situação de violência doméstica e familiar;



(ix) Procuradoria especial da mulher da Assembleia Legislativa do Pará; (x) Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos – Coordenadoria de integração de políticas para mulheres.

Para cada instituição indicada na lista anterior explica-se (i) do que se trata, informando (ii) número de telefone de contato rápido, (iii) horário de atendimento, (iv) como é o acesso ao serviço. No caso da instituição número quatro – Patrulha Maria da Penha – são ainda apontadas as Medidas Protetivas Urgentes estabelecidas pela Lei Maria da Penha.

Na sequência, explica o que configura violência contra a mulher e como ela pode ser identificada qualificando os tipos de violência descritos na Lei: física; psicológica; sexual; patrimonial; moral. Destaca que o isolamento social não impede a mulher de «denunciar o agressor e solicitar as medidas protetivas».


O próximo subtópico aponta algumas práticas que são consideradas atos de violência no âmbito da pandemia segundo a Organização Mundial da Saúde. Traz ainda esclarecimentos sobre a relação entre o isolamento social e os riscos de violência doméstica. Aponta alguns sinais de violência a fim de capacitar a mulher a saber identifica-los e assim, saber defender-se. São eles: (i) comportamento controlador; (ii) rápido envolvimento amoroso; (iii) expectativas irrealistas com relação à parceira; (iv) hipersensibilidade; (v) crueldade; (vi) grosseria. Ficar atenta a esses sinais é fundamental, aponta a cartilha.

Por fim, explica sobre o ciclo de violência contra a mulher, revelando seu padrão cíclico e frequente dividido nas seguintes fases: (i) primeira fase – tensão; segunda faz – agressão; terceira fase – lua de mel/reconciliação. Conclui esse grande tópico dizendo que «Caso você já tenha sofrido violência doméstica, de qualquer tipo, livre-se do medo, da vergonha, ou da culpa e busque ajuda» e que há muitas pessoas para ajudar a mulher a enfrentar seu agressor.

O último grande tema tratado **mercado de trabalho** busca informar empreendedoras, profissionais da saúde, de segurança, trabalhadoras do mercado formal e informal como agir diante da crise de saúde e também econômica no cenário de pandemia.

Para os trabalhadores do mercado informal traz informações sobre o auxílio emergencial e sobre a cota dupla que para mulheres provedoras de famílias monoparentais, ressaltando que os trabalhadores do mercado formal não possuem esse direito. Passa a explicar os requisitos para receber o auxílio e quem pode receber.

Inicia as instruções para as empresárias destacando que para enfrentar a crise é necessário ter um (i) Plano de Contingência, criando no âmbito da empresa um (ii) Comitê de



Crise para debater soluções e analisar os resultados, (iii) lembrando sempre ao público que a empresa segue trabalhando. A fim de auxiliar às empresas o Governo Federal criou (iv) «linhas de créditos baratas e com maior carência» tanto em bancos privados quanto em bancos públicos. Sugere (v) negociar com os fornecedores mostrando o quanto a crise afeta mais aos pequenos empreendedores. A fim de minimizar o impacto econômico será (vi) suspenso o imposto (Simples) para os microempreendedores individuais (MEIs). Aconselha que a empresa busque junto ao contador (vii) modos de se reinventar como adoção do teletrabalho. Manter a (viii) transparência com seus colaboradores a fim de prepará-los para possíveis decisões difíceis. E ainda a (ix) entrega em domicílio e a (x) venda pela internet podem ser boas soluções.

Com relação ao compromisso do Governo Federal em manter a economia ativa e assegurar os empregos há adoção de algumas medidas, tais como adiamentos de prazos; liberação de crédito para micro e pequenas empresas, redução de 50% das contribuições do Sistema “S” por três meses; simplificação da burocracia para solicitar crédito e dispensa de documentação para renegociar o crédito.

Em seguida, esclarece sobre as possíveis ações que os empregadores podem tomar amparados pela Medida Provisória nº 927/2020. Finaliza esse tema apontando medidas adotadas pelo Governo Federal para proteger quem tem menos recursos, como (i) antecipação dos pagamentos da primeira e segunda parcelas do 13º salário para aposentados e pensionistas e do abono salarial; (ii) valores não sacados do PIS foram transferidos para o FGTS; (iii) Reforço do programa bolsa-família; (iv) suspensão por 120 dias da prova de vida para os beneficiários do INSS.

A cartilha traz ainda nos **anexos** a Rede de enfrentamento à violência no Estado do Pará e uma lista dos Centros de Atendimento à Mulher em algumas cidades do Pará fornecendo nome da instituição, endereço eletrônico e número de telefone do centro.

O objetivo da Cartilha é informar as mulheres quais são seus direitos, assim como quais são as instituições e/ou organizações, locais e nacionais, capacitadas e voltadas para apoiar suas demandas, especialmente com relação à saúde, à violência doméstica; ao mercado de trabalho, no âmbito pandêmico.

Este documento é oportuno e relevante na medida em que a pandemia intensifica as vulnerabilidades preexistentes, configurando um material útil ao trazer informações e orientações claras e diretas sobre temas estruturantes da vida das mulheres, ao mesmo tempo em que promove acolhimento e solidariedade ativa.




REFERÊNCIAS

ONU Mulheres Brasil. ONU Mulheres pede atenção às necessidades femininas nas ações contra a COVID-19. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-pede-atencao-as-necessidades-femininas-nas-acoes-contra-a-covid-19/>. Acessado em: 26 de março de 2020.

ONU Mulheres Brasil. Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acessado em: 26 de março de 2020.

CARTILHA sobre o Auxílio Emergencial: A CRISE E OS GOLPES NÃO SEJA UMA VÍTIMA. [S. l.]: Clínica de Direitos Humanos da UFMG, 2020. Disponível em: <https://clinicadh.direito.ufmg.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

CARTILHA COVID-19 - Confinamento sem violência: Juntas somos mais fortes. [S. l.]: EMERJ, 2020. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/cartilhas/violencia-domestica/versao-digital/22/>. Acesso em: 10 maio 2020.



Artigo 1 - A aquisição de saberes e o processo de construção de sociabilidades mais igualitárias no espaço da família a partir de uma perspectiva geracional.

**AAQUISIÇÃO DE SABERES E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE
SOCIABILIDADES MAIS IGUALITÁRIAS NO ESPAÇO DA FAMÍLIA A PARTIR
DE UMA PERSPECTIVA GERACIONAL**

Silvia Carla Miranda Ferreira¹¹

RESUMO

Este trabalho busca analisar a relação entre a aquisição de novos saberes resultantes das entradas das mulheres no espaço público, mais especificamente a partir de sua inserção em atividades associativas em seus respectivos bairros, com a construção de autonomia emocional, psicológica e financeira, capaz de romper com e re-significar papéis sociais tradicionais e fomentar relações sociais mais democráticas, seja no espaço privado da família, seja no espaço público. Será tomada a trajetória de vida de uma líder comunitária como fio condutor dessa análise o que nos permite refletir sobre possíveis transformações a partir de uma perspectiva geracional, relacionando os processos inerentes a vida dessa líder com o de outra mulher, a saber, sua mãe. O método biográfico traz essa rica possibilidade analítica de relacionar experiência individual, do casal e geracional, assim como experiência social e política com experiência pessoal.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Geração. Família. Associativismo. Novos Saberes. Democracia.


INTRODUÇÃO

Este artigo toma como principal referência a discussão empreendida na minha dissertação de mestrado intitulada “**Líderes comunitárias e o trabalho nas associações de bairro de São Paulo: os limites entre a participação política e a inserção ocupacional**”, defendida em junho de 2009.

Não se trata, no entanto, propriamente de um resumo da mesma, mas de um recorte feito em torno da relação entre aquisição de novos saberes adquiridos - a partir da entrada da mulher em uma atividade associativa no seu bairro, onde se torna uma liderança - e a construção de relações sociais mais igualitárias especificamente no espaço da família.

Mais detidamente, pretende-se observar como essa nova experiência de vida no espaço público põe em perspectiva as atividades relacionadas ao cuidado de pessoas da família - seja esta nuclear, estendida, monoparental chefiada por mulheres ou por homens - e do espaço doméstico, produzindo uma negociação entre os gêneros, assim como geracional, entre pais e

¹¹ Graduanda do curso de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA. Mestre em Educação pela UNICAMP. E-mail: silviamirandaferreira@gmail.com. CV:



filhos, sobre os 'papéis sociais' e as responsabilidades de cada um.

A partir do método biográfico ou de trajetória de vida (CABANES, 2006), com sua multidimensionalidade (do indivíduo, do casal, da geração) que permite analisar as relações sociais no âmbito da família e, ainda entrelaçar as experiências do espaço privado com àquelas do espaço público, atualizando as interrelações sociais que resignificam as pessoas, e compreendendo as sociabilidades em construção nesses espaços, visamos realizar uma discussão inicial sobre como a aquisição desses novos saberes e, portanto, como o processo educação, seja ele formal, informal e não-formal, produz pontos de inflexão virtuosos na trajetória de vida de mulheres pertencentes, a um só tempo, a uma cultura de caráter patriarcal e a uma realidade socioeconômica caracteriza pela pobreza, reforçando, assim, o duplo sentido de vulnerabilidade que caracteriza suas experiências.

DESENVOLVIMENTO

Em conformidade com Neves e Costa (2007) e Wanderley (2002), entendemos pobreza como uma articulação complexa entre a ausência de poder e o precário acesso aos serviços públicos, e não apenas como ausência de renda. Essa noção multidimensional de pobreza interfere na potencial capacidade de ser e de fazer das pessoas, portanto, na sua liberdade (GUÉRIN, 2005; NEVES; COSTA, 2007).

Diante disso e de dados da Cepal¹² e do BID¹³ que definem a pobreza na América Latina como feminina, podemos entender a significativa presença da mulher de baixa renda, principalmente, no Terceiro Setor como forma de superação da pobreza e de integração na sociedade. Assim, o trabalho associado surge como alternativa para a garantia de acesso aos direitos sociais e a serviços básicos, de busca de geração de renda e trabalho¹⁴, assim como a constituição de um espaço de sociabilidade capaz de criar oportunidades de diversas ordens.

Sabe-se que a autonomia financeira é um forte vetor que possibilita, mas não determina, a inserção da mulher num processo mais amplo de autonomização. De fato, Georges e Silva (2007) apontam um processo de inserção ocupacional proporcionalmente maior das mulheres com relação aos homens. No entanto, para uma análise mais substantiva do processo de autonomização, faz-se necessário observar em quais ocupações as mulheres estão entrando, de

¹² Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL.

¹³ O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

¹⁴ A menor participação masculina no trabalho associativo se deve a sua alta expectativa em obter um emprego formal, que conseqüentemente nas entrelinhas, menospreza tais iniciativas relegadas às mulheres, consideradas como menos qualificadas (NEVES; COSTA, 2007).



que modo e qual seu significado (FERREIRA, 2009).

Tal processo de autonomização passa ainda pelo reconhecimento legal do Estado da mulher como cidadã, garantindo-lhes na Constituição, direitos de diversas ordens, dos quais destaco os sociais e os políticos.

Todavia, é no campo das representações sociais que, podemos dizer, encontra-se mais dificuldade para desconstruir estereótipos profundamente arraigados na nossa cultura e presentes nas nossas práticas cotidianas nos diversos grupos e espaços sociais, que emperram tal processo de autonomização, na medida em que, constantemente, recolocam a mulher num papel que a desprivilegia, a submete e a coisifica.

Carvalho (2002) destaca, no entanto, que as mulheres não são personagens passivas atingidas por um conjunto de conceitos e práticas que as exploram e a submetem, mas que assim como os homens, cada um a seu modo, elas colaboram na reprodução e consolidação do patriarcado como sistema de dominação-exploração, quando, por exemplo, disciplinam seus filhos a partir da lei do pai, assumindo as funções do patriarca.

Portanto, “[...] a sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e de mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens [...]” (SAFFIOTI, 1987 *apud* CARVALHO, 2002, p. 27).

Assim o que vemos é uma confluência perversa entre dois sistemas de dominação-exploração: de um lado, o sistema do patriarcado e, do outro lado, o sistema capitalista, que afetam ao mesmo tempo vida produtiva e reprodutiva e orientam grandemente a estruturação da família a partir de suas lógicas, causando, em geral, efeitos mais danosos a experiência de vida das mulheres (CARVALHO, 2002; FERREIRA, 2009).

Nessa articulação entre os dois sistemas, destacamos que o sistema capitalista utiliza-se do sistema patriarcal para reproduzir seu modo de produção na medida em que percebemos no mercado de trabalho uma sexualização das atividades que reforça a ideia de um saber próprio feminino e masculino, ancoradas nos papéis e funções sociais presentes no espaço privado da família (FERREIRA, 2009). Vemos que nossa sociedade utiliza a diferença de sexo como critério para hierarquizá-los e, a partir disso se hierarquizar as próprias atividades, tanto no espaço público como privado, revelando a existência de um sistema de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007).



Ressaltamos que o espaço da família é onde se constrói o primeiro olhar sobre o mundo, onde este é inicialmente significado, onde o indivíduo é socializado (SARTI, 2004), onde “[...] as relações sociais de gênero se atualizam sobre as mesmas bases que as outras relações sociais – dimensões de igualdade, de justiça, de dominação” (CABANES, 2006 *apud* FERREIRA, 2009, p. 9).


Esse grupo social tem uma influência fundamental e profunda sobre a construção dos 'papéis sociais', portanto, sobre a definição do que é ser homem e do que é ser mulher na sociedade. É a partir dessa definição, que o espaço da família tanto pode reforçar desigualdades, como também pode propor novas sociabilidades pautadas pelo princípio da igualdade. A divisão sexual e etária do trabalho doméstico é apenas um dos campos afetados pelos conceitos culturalmente elaborados num determinado tempo e espaço.

Para efeito de nota, uma vez que a discussão aqui parte de outra, anterior e mais ampla, destacamos que o espaço da família não é considerado como um campo de relações interpessoais isolado do espaço público. Pelo contrário, esses espaços estão articulados e se auto referem todo o tempo. Assim, o espaço da família tanto assume um sentido propositivo perante o espaço público, como sofre diferentes influências das regras e contradições originadas e construídas nos espaços de relações sociais oficiais, tais como trabalho, política e religião, e também nos clandestinos proveniente do narcotráfico (CABANES, 2006).

Essa confluência pode ser observada, por exemplo, na década de 1990 quando à luz da festa da democracia recém-reconquistada o Estado brasileiro assume um “gradativo reposicionamento quanto ao modo de intervir na vida social e econômica” (FERREIRA, 2009, p. 58), caracterizado entre muitos fatores pela (i) transferência legal da sua responsabilidade social para a iniciativa privada e para a sociedade civil; (ii) a 'substituição' dos movimentos sociais fortemente presentes nas décadas de 1970 e 1980 pela ação social por meio de organizações não governamentais e outras iniciativas associativas; (iii) pela adoção de uma política econômica de cunho neoliberal que altera a lógica de acumulação do capital, que torna-se mais flexível, produzindo crescente informalização da economia (GOHN, 2006).

Com isso, o que se vê são perdas e transformações dos referenciais do espaço público, afetando a sociedade em geral, mas mais profundamente aqueles que de partida já ocupavam uma posição socioeconômica desprivilegiada, forçando as famílias 'operárias e populares' a construir novas referências no espaço privado (CABANES, 2006; FERREIRA, 2009).

Concretamente o que se vê é a dissolução dos empregos formais e da estabilidade que



afeta a homens e mulheres de modo diferente. Essa realidade tem um impacto profundo na desconstrução forçada da identidade masculina construída em torno da ideia do homem provedor e do emprego formal.

Para as mulheres, cuja identidade é construída a partir de parâmetros estereotipados mais próximos da ideia de cuidadora do lar e dos entes da família, o neoliberalismo e seu mercado de trabalho flexível resulta numa apropriação mais profunda dessa noção de cuidadora na medida em que terceirizam muitos tipos de trabalho, antes desenvolvidos na firma, para os domicílios de suas ex-funcionárias.

Cabe chamar atenção para o fato que a ideia de cuidadora passa por um processo de naturalização, que ao omitir o processo de aprendizagem relacionado à ela, resulta numa desvalorização das atividades vinculadas a esse universo dito como feminino, definido como universo do *care*. Estudos mostram ainda que nesse novo contexto político-econômico, as mulheres estão mais presentes no mercado informal, abrangendo serviços subcontratados, domésticos e comunitários (FERREIRA, 2009).

Assim, o boom associativista ocorrido a partir da década de 1990 responde em parte ao já citado reposicionamento do Estado quanto a sua responsabilidade sobre a questão social e tem como uma de suas principais características a presença expressiva de mulheres tanto como lideranças, quanto como usuárias dos serviços oferecidos, geralmente ligados ao *care*, tendo as crianças, adolescentes, terceira-idade e as mulheres como público-alvo, o que poderia implicar

[...] numa consolidação no espaço público da imagem de ‘cuidadora’ que a mulher já possui no espaço privado da família, sendo a atividade associativa apenas um desdobramento ampliado para o espaço público de uma prática privada, onde as mulheres lançam mão de saberes que já possuem para construir um lugar de pertencimento no espaço público, implicando na manutenção de valores e padrões tradicionais que se colocam como obstáculo da luta pela construção de igualdade, equidade e busca de autonomia que as mulheres travam há algum tempo. (FERREIRA, 2009, p. 7).

Todavia a pesquisa demonstrou que não obstante a lógica neoliberal influenciar o funcionamento das associações, restritas muitas vezes a oferta de serviços, revelando um processo de despolitização da participação da sociedade civil, destacamos que houve um efeito positivo para as seis mulheres entrevistadas na pesquisa, todas de baixa renda e com formação formal mediana (Ensino Médio).

A associação funcionou para elas como uma espécie de oportunidade de trabalho que não resultou, necessariamente, numa autonomia financeira, mesmo porque esse tipo de atividade não é remunerada, com exceção dos serviços conveniados com o poder público, mas



as colocou num processo de autonomização moral por meio da aquisição de novos e diversos saberes, que ampliaram o campo de possibilidades sobre a elaboração de sua vida (FERREIRA, 2009).


E ainda, considerando o fato de que a experiência associativa localiza-se entre espaço privado e espaço público, as relações de poder internas à família e seu campo de disputa “são abalados e se reestruturam, muitas vezes invertendo o sujeito que domina, passando a mulher a assumir tal papel, outras vezes, as relações de dominação são substituídas por relações mais igualitárias” (FERREIRA, 2009, p. 7), porém o que mais vemos é uma negociação constante dos papéis sociais e, uma tentativa por parte de algumas mulheres de superação de um suposto 'destino biológico' feminino de cuidadora, que hierarquiza homens e mulheres, em detrimento destas últimas.

A experiência associativa para as seis mulheres que foram entrevistadas resultou e ainda propicia aprendizagens de diversas tipos: é o contato delas com saberes antes muito distantes de suas respectivas realidades que produzem reflexões sobre sua condição de mulher e sobre as contradições inerentes à relação homem-mulher nos vários espaços sociais que compõem a sociedade, mesmo quando elas estavam distantes do discurso feminista.

É interessante notar, que a experiência com a educação formal não propiciou para elas, mesmo para aquelas que participam na juventude de grêmios estudantis, um olhar crítico sobre as relações desiguais entre os gêneros. Pelo contrário, os papéis sociais de homens e mulheres eram vividos com naturalidade, ainda que os conflitos, gerados pelas contradições existentes, ocorressem.

Como Carvalho (2002) coloca, grande parte das mulheres educadoras atua reforçando o caráter sexista que impõe aos homens o status de macho e as mulheres um caráter doméstico e excludente. Portanto, é um tipo de educação que reforça preconceitos e não contribui para a construção de uma consciência comprometida com a igualdade de direitos e oportunidades entre os sexos. Mesmo porque “as escolas ensinam, em geral, aquilo que as classes dominantes determinam, quer diretamente, quer através do Estado”, preservando, assim, as “posições de mando ocupadas pelo patriarca branco, adulto e rico.” (SAFFIOTI, 1987, p. 103).

Do mesmo modo como nas instituições de ensino formais, na família, espaço da educação informal, a perspectiva de gênero também é ignorada, reforçando, assim, a manutenção de relações desiguais entre homens e mulheres, da imagem estereotipada de homem ativo e mulher passiva que se desdobra para os diversos espaços públicos.



Homens e mulheres atuam conjuntamente na perpetuação dos princípios machistas ao educarem seus filhos, mesmo considerando que as mulheres assumam a maior parte dessa tarefa devido ao fato dos homens se omitirem à ela, o que em parte é reflexo de tais princípios (CARVALHO, 2002). Portanto, isso demonstra a importância da educação familiar tanto na manutenção de preconceitos como para seu rompimento, propondo muitas vezes uma visão completamente oposta aquela oficialmente veiculada.

A partir de tal realidade é que a educação não-formal empreendida, por exemplo, por associações por meio de seminários, cursos, publicações, vídeos (CARVALHO, 2002), pode vir a promover a reflexão sobre as contradições que permeiam o mundo concreto se contrapondo ao que é ensinado na família e nas instituições de ensino. Quanto a isso, GOHN (1999) aponta que a educação não-formal busca alcançar certos objetivos, revelando uma intencionalidade, e tendo como principal objetivo a construção da cidadania em termos coletivos, diferenciando-se, assim, da educação informal.

A trajetória de vida de Fabíola e de sua mãe: a convivência entre velhas e novas subjetividades

Todas as mulheres entrevistadas foram educadas na família a partir dos princípios da mulher cuidadora e homem provedor, tendo esses conceitos relativizados, apenas quando passaram a integrar espaços onde a perspectiva de gênero, mais ou menos, estava colocada, o que foi possibilitado imensamente pela entrada de cada uma em espaços associativos. Tomarei aqui, como exemplo, dos processos sociais que levaram à construção de novas sociabilidades, contestadoras dos princípios tradicionais, a trajetória de vida de uma dessas mulheres e líderes, a saber, **Fabíola** (mulher branca; mãe e pai brancos).

Para **Fabíola**, cujo investimento na educação formal era claro, existia uma nítida diferença no modo como [ela e a irmã] e o irmão foram educados: o espaço da casa era feminino e a rua era o espaço masculino. Tal diferença podia ser percebida também por meio das brincadeiras, ela brincava no interior da casa com panelas e bonecas, uma espécie de treino para seu futuro como mulher adulta, onde teria que desempenhar o papel de mãe, esposa e cuidadora. O irmão brincava de bola e bicicleta, tendo na rua seu espaço preferencial e, onde mais tarde, adulto iria entrar no mercado de trabalho para prover sua casa. Portanto, a educação dada a ela e aos irmãos tinha uma clara divisão sexual do trabalho que reproduzia a imagem do homem como provedor, pertencente ao espaço público, e da mulher como ‘cuidadora’ da casa, do marido e dos filhos, pertencente ao espaço doméstico.




A família de **Fabíola** tinha uma evidente conotação patriarcal, onde a figura do pai provedor (pedreiro) era muito forte, o que está caracterizado na exigência dele que a esposa deixe de trabalhar como empregada doméstica para cuidar dos filhos, o que de fato ocorre depois de muitas brigas devido à resistência dela que trabalhava como empregada doméstica desde os 19 anos. A mãe de Fabíola passa a vender produtos AVON no bairro onde mora, no extremo leste da cidade de São Paulo, atividade acompanhada pelos filhos que só ficaram na creche quando ela trabalhou registrada.

Todavia, o futuro da filha, **Fabíola**, será transformado a partir da influência da experiência da mãe que passa a fazer parte da igreja militante, ligada a Teologia da Libertação, no final dos anos de 1980. Por meio da mãe, Fabíola passa a frequentar a igreja, onde inicia, aos 8 anos, com o irmão a catequese, e mais tarde, aos 14 anos (1995), passa integrar a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) o que a insere gradativamente em diversos espaços de debate político, onde, na época, a ênfase estava na diferença de classes e raça.

Sua mãe torna-se uma liderança local, reconhecida pela comunidade, onde atuava como catequista e ministra, celebrando missas e, ainda, cantando nas animações da igreja. Sua casa estava sempre cheia de padres e de outras pessoas/lideranças relacionadas à Teologia da Libertação. A mãe de **Fabíola** encontra na igreja política um espaço de construção de autonomia moral. Ela, inclusive, que tinha apenas o primário e, portanto, uma escolaridade inferior a do marido (8ª série), voltou a estudar, chegando recentemente a se formar em Pedagogia. É a grande incentivadora que a filha **Fabíola** - assim como os outros dois filhos - se dedique aos estudos. Seguindo sua trajetória de autonomização, a mãe de Fabíola é eleita como conselheira tutelar em três gestões não consecutivas que se estendem de 1999 a 2010.

Como já falamos, aos 14 anos (1995), **Fabíola** entra na PJMP e é convidada por um líder local do movimento de saúde, filiado ao PT e ligado a Teologia da Libertação, amigo de sua mãe e frequentador da sua casa, a conhecer o movimento. É o início de sua participação nos movimentos sociais, participando naquele momento dos conselhos que foram formados para a implantação do Hospital Geral do bairro onde morava, na zona leste da cidade de São Paulo.

Aos 15 anos (1996), Fabíola assume a posição de auxiliar da coordenadora da PJMP, passando a representar sua comunidade junto à paróquia. Permaneceu nessa posição durante um ano e meio, período onde aprendeu muito com o grupo que atuava dentro das periferias construindo uma consciência de classe e de 'raça'. Segundo ela, começou a aprender como a



sociedade funcionava, a diferenciar o jovem rico do pobre. Temos o início da politização de **Fabíola** possibilitada pela própria atuação da mãe.

Aos 16 anos (1997), **Fabíola** tornou-se secretária da paróquia e tinha a função de fazer as articulações entre as diversas comunidades ligadas àquela paróquia, recebendo uma ajuda de custo para continuar a desenvolver o trabalho pastoral. Com essa idade, ela teve sua primeira experiência de trabalho registrado numa terceirizada como auxiliar de escritório, contratada apenas pelo período de experiência. Ter os cursos de informática e de datilografia ajudou a conseguir o emprego.


Fabíola resolveu arrumar um trabalho para conseguir certa autonomia financeira em casa, pois já começavam a se esboçar conflitos com seu pai que fazia questão de afirmar sua centralidade dentro de casa, obrigando-a a se adaptar a suas regras, uma vez em que estava cada vez mais visível o processo de autonomização da filha.

É interessante ressaltar que a experiência emancipatória da mãe de **Fabíola** no espaço público, onde era vista como liderança, não se confirma dentro da família onde a estrutura segue a divisão sexual tradicional dos papéis, estando no marido-pai, a figura de dominação e autoridade. No entanto, Fabíola, diferentemente da mãe, inicia nesse momento, um processo de rompimento com tais relações sociais familiares tradicionais buscando construir uma autonomia capaz de lhe levar a outro patamar de relações mais igualitárias.

É válido destacar que a mãe de **Fabíola** ao enfrentar a desigualdade de relações dentro do espaço familiar, mesmo não tendo obtido grandes benefícios pessoais, abriu caminho para a emancipação da filha. O que ela mesma não pode usufruir, Fabíola posteriormente teve o privilégio de experimentar (com seu marido com quem tem uma experiência de relações mais igualitárias). Percebe-se também que o fato de estar extremamente envolvida com a pastoral, e receber uma ajuda de custo, fez com que Fabíola não investisse numa colocação dentro do mercado de trabalho, só voltando a trabalhar fora e ter sua carteira assinada anos depois e numa área social compatível com sua formação.

Além da PJMP e do movimento social, **Fabíola** teve contato com outros grupos de discussão que ampliaram sua visão sobre as questões sociais. Com 17 anos (1998), filiou-se ao PT, passando a participar das reuniões do partido. Vemos nesse momento uma ampliação dos horizontes políticos de Fabíola que não se restringe apenas ao âmbito da pastoral e ingressa no partido.

Fabíola segue os passos da mãe e, aos 18 anos (1999), torna-se liderança local da PJMP,



assumindo a secretaria regional da estrutura estadual da PJMP, representando sua paróquia no Estado de São Paulo. Nessa época Fabíola viajava muito, o que causava um embate com seu pai que não entendia porque ficava tanto tempo fora de casa. Ela deixou de falar para ele que ia viajar, pois isso fazia com que ele achasse que Fabíola estava pedindo autorização para ele. Já se nota aqui outra relação dentro do espaço doméstico, onde Fabíola não aceita a dominação masculina do pai.

Nesse ano ainda, a experiência que teve até então com o trabalho com o povo a faz escolher o curso de Serviço Social na Faculdade São Francisco, no Brás, instituição particular onde ganha 50% de desconto, achando que encontraria nele uma continuidade, em outro patamar, do que já estava desenvolvendo nas pastorais.

É importante ressaltar que até então, **Fabíola** não havia tido contato com a questão de gênero em nenhum dos grupos de discussão do qual fazia parte, alguns, inclusive promotores de discussões feministas, pois a ênfase estava mais na questão de classe e raça. Só aos 20 anos (2001), quando faz seu estágio obrigatório pela faculdade numa casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, é que esse encontro ocorre e será definidor das suas futuras escolhas profissionais e das relações que irá construir com seu futuro marido.

Essa experiência na casa-abrigo traz para **Fabíola** a problematização da violência doméstica, retirando o enfrentamento desta do âmbito da vida privada da família e recolocando-a no espaço público, como uma questão de interesse da sociedade como um todo. Um dos espaços que passa a frequentar, que pensa e atua sobre essa questão é a “Casa Eliane de Grammont”, equipamento da prefeitura de São Paulo e primeiro Centro de Referência da Mulher, onde funciona o “Fórum Paulista De Não Violência Contra A Mulher”. Nesse espaço são oferecidos muitos serviços e o atendimento se estende para muitos municípios do Estado de São Paulo. Fabíola passa a representar a casa-abrigo neste Fórum.

Em abril de 2002, ocorre no seu bairro o assassinato de uma jovem pelo seu marido, fazendo com que a questão da violência doméstica seja trazida para bem próximo, não só porque ocorreu no espaço onde morava, mas porque conhecia a vítima. Até então essa consciência sobre a violência doméstica no próprio bairro não existia.

A revolta com o assassinato mobiliza moradoras e líderes locais (algumas da associação “A” a qual Fabíola mais tarde fará parte), assim como **Fabíola**, que com a ajuda da igreja progressista realizarão uma pesquisa que levanta dados capazes de informar sobre a questão de violência doméstica local. A partir dessas informações pretendia-se fazer um trabalho de



formação e prevenção com as mulheres.

Paralelamente a esses acontecimentos, a mãe de **Fabíola** coordena dentro da associação “A” o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), onde também trabalha seu namorado e futuro marido, que assim como Fabíola também estava envolvido com a PJMP. Fabíola, concluiu em 2002 o curso de Serviço Social defendendo um TCC sobre as mulheres que frequentam a casa-abrigo, de onde sai no final do ano, voltando a morar na casa da família depois de um ano morando no apartamento da coordenadora da casa-abrigo, com quem dividi o espaço.

No entanto, a convivência com seu pai fica muito problemática, uma vez que ele cada vez mais se torna limitador, impondo seu modo de pensar e de ser para ela, impedindo muitas vezes, por exemplo, que ela veja seu namorado. **Fabíola** não aceita se adaptar a suas ordens, explicando que depois da experiência de morar só, se conquista certa autonomia, e já não é possível aceitar e/ou se adaptar ao modo de vida de outra pessoa que antes tinha uma relação de autoridade com você. Fabíola já tinha construído suficiente autonomia para romper com a relação de dominação que encontrava na família.

E é em busca de reconquistar sua autonomia, a partir da autonomia financeira, que **Fabíola** aceita trabalhar registrada num abrigo para adolescentes, muito embora não se identificasse com esse trabalho. Mesmo não estando mais na casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, ela continuou a frequentar o Fórum Paulista por conta própria.

Um ano depois do assassinato da jovem pelo marido, em 2003, a pesquisa é feita e depois de algumas discussões com o grupo que realizou o levantamento de dados sobre o que poderia ser feito para mudar a realidade de extrema violência contra as mulheres no bairro, **Fabíola** propõe a criação de um Centro de Referência da Mulher que irá funcionar dentro da associação “A”, como um dos serviços oferecidos pela ONG e conveniados com a prefeitura: Fabíola torna-se a coordenadora do serviço, formalmente empregada. Devido a isso, ela deixa o abrigo para adolescentes e dá início a uma orientação profissional voltada para questões com as quais está mais envolvida.

Em meio a essas conquistas os desentendimentos com seu pai aumentam e ela estava decidida a ir morar com uma amiga. No entanto, aos 24 anos (2005) tem sua inscrição no Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da Caixa Econômica Federal contemplada e ela se muda para seu apartamento. Mais uma vez vemos a presença da mãe de **Fabíola**, pois havia sido ela quem incentivou a filha a fazer a inscrição para que pudesse ter autonomia.



Nesse mesmo ano, **Fabíola** ingressa no programa de pós-graduação da PUC-SP para fazer seu mestrado na área de antropologia, pois acha essa perspectiva mais adequada para abordar a violência contra a mulher, culturalmente criada e reproduzida: “[...] cultura patriarcal na qual vivemos e que permeia a realidade de muitos povos.” (FERREIRA, 2009, p. 234).

Uma das frustrações de **Fabíola** é que o trabalho no Centro de Referência da Mulher impediu que ela mantivesse o trabalho com o grupo de mulheres que realizaram a pesquisa sobre violência no bairro onde mora. Por um tempo curto, ocorreram algumas reuniões no próprio Centro onde Fabíola trabalha, sempre convocadas por esta e na dependência de sua disponibilidade de participar dos encontros, o que demonstrou falta de autonomia do grupo para ter uma existência independente de Fabíola. Ela acredita que faltou outra liderança que articulasse as mulheres. Seu sonho é que um dia possam ter um movimento forte no bairro. Por essa razão chamou uma liderança antiga e respeitadíssima da região, para cuidar tanto do encaminhamento da articulação do movimento, quanto da formação de um Núcleo de Mulheres, cujo objetivo é a geração de renda. Elas acreditam que em longo prazo esse Núcleo pode vir a se constituir como uma cooperativa, e que esta pode se tornar o embrião desse movimento.

Aos 25 anos (2006) **Fabíola** e seu marido decidem morar juntos no apartamento dela no PAR. Ele ingressa no mestrado em ciências sociais pela PUC tratando do tema da “Participação Política da Juventude” e dava aulas de história da rede pública. A mãe de Fabíola chama Fabíola e o genro para trabalharem no Núcleo de Trabalho Comunitário (NTC) da PUC onde estava sendo desenvolvido um trabalho de formação de educadores do MOVA.

Como o casal tinha o desejo comum de morar fora de São Paulo, em 2007, eles compram um terreno no litoral por dez mil reais. Simultaneamente, Fabíola presta concurso na Secretária de Assistência Social (SAS) de Santos, cidade próxima do local onde adquiriram o terreno. Ambos têm o projeto de dar aulas em alguma universidade. Nesse mesmo ano Fabíola descobre que está grávida há quase três meses. Foi uma gravidez sem planejamento uma vez que só pretendiam ter filhos a partir de 2010 quando já teriam concluído seus respectivos mestrados.

Fabíola não se sente preparada para ser mãe e gostaria de ter tido tempo para isso. Por sua vez, a visão de seu marido não passa pela necessidade de preparação, mas de encarar o que aconteceu. Seu marido consegue o financiamento para um projeto de formação política e pastoral de jovens fora do âmbito da igreja, que chamou de Instituto Paulista de Juventude (IPJ), do qual Fabíola participa por meio de um grupo de trabalho que ela coordena chamado GERI (Grupo de Estudos de Relações Igualitárias).




Devido à gravidez, eles adiam a vontade de sair de São Paulo e resolvem vender o apartamento do PAR para comprar uma casa no bairro onde moram, pois o apartamento era pequeno demais para uma família, a área do prédio não tinha espaço para as crianças brincarem, além de precisarem morar em um lugar mais próximo do centro, onde fica a estação de trem, para facilitar o acesso aos espaços em geral.

Outra consequência da gravidez é a redução da participação política e nos movimentos sociais de **Fabíola** que prioriza sua gravidez e seu mestrado. Seu marido começa a trabalhar no CENPEC no projeto “Jovens Urbanos” (programa do Itaú), deixando, assim, as salas de aula e a estabilidade do trabalho como servidor, sendo apoiado por Fabíola.

Aos 27 anos (2008), **Fabíola** acha uma casa e eles vendem o apartamento do PAR. Se mudam depois de algumas reformas. Quem está pagando o imóvel é seu marido. A vida profissional de seu marido está incerta, pois não sabe se irá continuar no CENPEC quando o projeto acabar. Caso isso ocorra pretende dar aulas na universidade. Contrariamente ao marido, Fabíola busca maior estabilidade e faz concurso para a SAS de São Paulo, mesmo que tenha mais autonomia de trabalho no Centro de Referência do que na SAS, onde o foco é a família e não a mulher. A filha do casal nasce.

Aos 28 anos (2009), **Fabíola** passa no concurso e vai trabalhar na Casa Ser (Centro de Saúde Sexual e Reprodutiva para as Mulheres), localizada em um bairro contíguo ao seu, deixando definitivamente o Centro de Referência da Mulher. Depois de conversar com o marido, ambos chegam num acordo, que a leva trancar seu mestrado, para que o marido conclua o dele, que estava mais avançado e que seria defendido até a metade do ano. Após isso, Fabíola retomaria o seu mestrado.

Podemos dizer que a trajetória de vida de **Fabíola**, fortemente influenciada pela da sua mãe, até aqui demonstra uma conquista no sentido da construção de um núcleo familiar cujas relações sociais são mais igualitárias. Tudo entre o casal é negociado e não há uma relação de dominação entre o marido e Fabíola, e nem uma relação de dominação de Fabíola sobre ele. Desta forma, percebemos que a experiência de ambos nos movimentos sociais, no partido, na pastoral e com as questões sociais em geral, contribui para a construção de subjetividades que rompem com a idéia tradicional de relação familiar pautada numa clara divisão sexual do trabalho e na predominância da autoridade masculina. Assim, temos aqui a constituição de um espaço privado da família que pode se colocar no espaço público como modelo político. Profissionalmente eles seguem caminhos diferentes no momento, pois enquanto seu marido




deixa a estabilidade do emprego público, Fabíola inicia sua carreira como servidora. No entanto, ambos nutrem o desejo de dar aulas no ensino superior e de sair de São Paulo em médio prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É válido ressaltar que o fato de obter uma renda monetária, passar a ter acesso a determinados serviços ou acionar certos direitos sociais não garante o rompimento com velhas práticas que mantêm a mulher na condição de pobreza, tal qual esta foi aqui definida. Como destacam Neves e Costa (2007), a entrada das mulheres no trabalho associativo, muitas vezes, e não necessariamente, segue uma trajetória ocupacional iniciada quando ainda eram muitos jovens, de trabalhos precários ou em processo de precarização e informais, intermediados com curtos, médios e longos períodos de desemprego. Muitas dessas trajetórias ocupacionais foram interrompidas pelo casamento e/ou pela chegada dos filhos, que restringem a prática de atividades profissionais. Assim, a experiência de vida das mulheres, a partir de uma sociedade e de um mercado excludentes, pode constituir-se como primeiro impulso para sua entrada no Terceiro Setor, que surge como alternativa ao desemprego e ao confinamento à família.

Vimos que essa descrição é válida para a mãe de Fabíola, muito mais do que para esta última que teve sua experiência de vida pessoal e profissional potencializada pela mãe que inicia um processo de rompimento com conceitos tradicionais a partir da aquisição de novos saberes obtidos por meio de uma educação não-formal devido a sua participação na pastoral, nos movimentos sociais e em outros espaços públicos. Houve, assim, mudanças nas representações e práticas na família quanto ao papel de homens e mulheres, possibilitadas pelos conflitos gerados entre experiência no espaço público e experiência na vida privada, levando a uma negociação entre o casal e entre pais e filhos. Em geral o que se vê são relações sociais de caráter híbrido, onde coexistem práticas mais igualitárias com antigas práticas de submissão e repressão, caracterizando um nó que não pode ser desatado no âmbito das práticas sociais, coerente com o conceito de consubstancialidade descrita por Kergoat (2010).

Essa perspectiva geracional mostra, ainda, uma mudança quanto à concepção de família e de construção profissional. Fabíola transferiu a centralidade dada geralmente ao casamento e à maternidade, para os estudos e para a sua formação profissional, sem com isso, desvalorizar o papel de esposa e de mãe. No entanto, por caminhos diferentes mãe e filha estão inseridas num processo de autonomização ainda em construção, sendo que Fabíola, mais que a mãe alcançou uma relação no espaço privado da família mais igualitária, tendo uma vida pública e



privada menos contraditória que a mãe, que ainda vivência no espaço privado da família os padrões tradicionais de relacionamento.

Um aspecto aqui abordado foi a associação entre o trabalho social e o universo do *care*. No caso de Fabíola, não podemos dizer que a desvalorização geralmente atrelada às atividades do *care* foram prolongadas para o espaço público. Pelo contrário, o Centro de Referência onde atuou por certo tempo, passou a ser reconhecido e legitimado pelos moradores locais ao invés de automaticamente vinculado a algum tipo de cuidado de menor importância por estar direcionado às mulheres.

Assim, apesar desse processo de profissionalização significar, por um lado, a transformação da questão social em produto a ser consumido, reconhecemos que também ocorreu um processo de re-significação positiva de saberes antes vinculados apenas ao espaço privado da família, e desvalorizados devido à naturalização a eles atrelada. Podemos até mesmo dizer que houve a construção de possibilidades democráticas concretas, exemplificadas com a aprovação da Lei Maria da Penha em 2006, que combate a desigualdade entre os gêneros que, em geral, como analisam Neves e Costa (2007) inserem as mulheres num circuito de vulnerabilidade, pobreza e privação social.

Por fim, as experiências de vida de Fabíola e sua mãe revelam que a atualização das relações sociais, de caráter sempre conflituoso como afirma Kergoat (2010), resulta de uma combinação complexa e em constante processo de transformação de uma socialização familiar, escolar e vinculada ao ambiente de trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007), além de outros espaços públicos.


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABANES, Robert. **Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações**. In: CABANES, Robert; TELLES, V. S. (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 389-432.

CABANES, Robert; TELLES, V. S. (orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 442.

CARVALHO, Denise Gomide. **Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000): construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas**. 2002. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2002.

FERREIRA, Silvia C. M. **Líderes comunitárias e o trabalho nas associações de bairro de São Paulo: os limites entre a participação política e a inserção ocupacional**. 2009. 297 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas,



Campinas, 2009.

GEORGES, I. P. H.; Silva, C. F. **A naturalização da precariedade**: trabalho informal, “autônomo” e cooperativado entre costureira em São Paulo (Brasil). In: V Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo, 2007, Montevideo.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 383.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez Editora, 1999, (Coleção questões de nossa época). v. 71.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 239.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./out. 2007.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, 86, p.93-103, mar. 2010.

NEVES, Magda de A.; COSTA, Bianca L. Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia: Desigualdade, Diferença, Reconhecimento, 2007, Recife. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, 2007. p. 247-248.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 120 p.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, São Paulo, v.15, n.3, p. 11-28, 2004.

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **A artimanha da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 16-26.

**A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: OS PRECONCEITOS E A
DISPARIDADE SALARIAL**

Camila Virgolino Freitas¹⁵

RESUMO: O presente trabalho abordará acerca do papel da mulher no mercado de trabalho, os preconceitos que elas enfrentam que culminam na disparidade salarial. Para que haja um melhor entendimento das causas desses preconceitos e da disparidade salarial, buscou-se entender o início de tudo, por meio de uma perspectiva sociológica do problema em questão. Diante disso, abordou-se a trajetória do papel da mulher no âmbito do trabalho, por intermédio de bibliografias que explicam a evolução da sociedade e como essa evolução afetou a mulher. Sendo assim, foi usada a forma como a mulher foi representada na Pré-história, a transição do feudalismo para o capitalismo e a mulher no mercado de trabalho atual. Nesse último ponto, fez-se uma ligação dos pontos que motivaram para que existisse a disparidade salarial e a divisão do trabalho no que se refere ao gênero. Todo o exposto objetiva a compreensão da problemática sociológica de que os preconceitos vão muito além do que aparenta ser, analisa a origem do preconceito da desvalorização da mulher, a qual é fruto de uma construção machista e misógina da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Disparidade. Mulher. Preconceitos. Sociedade. Trabalho.

1 INTRODUÇÃO


A desvalorização da mulher no mercado de trabalho é fruto de preconceitos advindos da construção de uma sociedade patriarcal, a qual reflete na subjugação da capacidade intelectual feminina, na divisão do trabalho e na disparidade salarial.

Esse estudo tem como objetivo compreender, por meio de uma perspectiva sociológica, tal desvalorização que inferioriza a mulher em relação ao homem. Diante disso, foram feitas análises em artigos e livros publicados por autores que se dedicaram a entender esse problema sociológico. Sendo assim, uma breve explanação será feita a respeito da representação da mulher na Pré-história, na transição do feudalismo para o capitalismo e nos dias atuais.

Abordando pontos como o papel de mãe, esposa e mulher do lar que foi imposto à mulher, a forma como ela vem sendo retratada na história e as lutas pela igualdade. Tudo para que possamos compreendermos as diferenças relacionadas ao gênero.

Este artigo tem por finalidade avaliar o papel da mulher no mercado de trabalho, os

¹⁵ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) turma DI2NA. Email: camilavirgolinof@gmail.com



preconceitos enfrentados e a disparidade salarial, apresentando desigualdades relacionadas as funções. Segundo Lakatos e Marconi (2003) a metodologia utilizada nesse estudo foi a revisão bibliográfica, a qual aborda, de diversas maneiras, a mulher no mercado de trabalho, a origem dos preconceitos que essas mulheres sofreram no decorrer da história, que culminam na divisão produtiva e na disparidade salarial. Entende-se que tais desigualdades só podem ser mudadas ao passo que forem sendo entendidas. Uma vez que o estudo acerca do papel da mulher no mercado de trabalho é diacrônico e requer um aprofundamento para que a haja uma melhor compreensão.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA PRÉ-HISTÓRIA

Cabe destacar, antes de tudo, que a humanidade sempre buscou conhecimento para que pudesse compreender os fenômenos naturais, culturais e sociais em sua volta. Diante disso, com a passar dos anos e o aperfeiçoamento dos conhecimentos, a escrita impressa possibilitou que esse conhecimento fosse repassado de geração para geração.

Posto isso, junto com o conhecimento, estereótipos e ideologias machistas foram repassados, também, acerca da mulher. Isso se deu, pois, o campo da autoria era ocupado por homens héteros e fenotipicamente brancos que escreviam uma história à sua ótica, uma história masculina.

Segundo Diniz (2006, p. 38) “A ciência pré-histórica é efectivamente masculina, branca e ocidental como aliás têm sido, ao longo dos tempos, os seus autores.”.


Em vista disso, a mulher foi representada desde a Pré-história como o agente símbolo de fecundidade e fertilidade, capaz de perpetuar a prole e zelar pelo lar. Aquela que cuidava dos afazeres domésticos enquanto o homem- o macho forte, dotado de muitas habilidades e destreza, o provedor- ia caçar e garantir o sustento.

Esse enredo foi sustentado por muitos anos, e mesmo com o ingresso da mulher na escrita, continuou por muito tempo sendo sustentado, pelo fato de que essas mulheres eram moldadas a pensar como homens.

Hodiernamente, vê-se que a escrita contribuiu para que houvessem desvantagens na forma como a mulher é tratada em relação ao homem.

2.2 O INÍCIO DO CAPITALISMO E A RETRATAÇÃO DA MULHER

No período feudal, no que se refere ao sistema de produção, a mulher era participante



de todas as etapas produtivas, e em alguns casos, como a falta de um homem adulto na linha de sucessão, era ela quem gerenciava a propriedade da família.

Na produção feudal, não havia a separação de gênero na produção, pois a finalidade produtiva era a subsistência:

Além disso, dado que o trabalho no feudo estava organizado com base na subsistência, a divisão sexual do trabalho era menos pronunciada e exigente que nos estabelecimentos agrícolas capitalistas. Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho. (FREDERICI, 2017, p. 52).

A partir do século XIV, no período conhecido como baixa idade média, houve a transição do feudalismo para o capitalismo. Esse período foi marcado por conflitos entre senhores feudais e seus proletariados.

Foi a partir desse momento que a condição da mulher no sistema social e de produção declinou. A independência financeira e social da mulher não era vista com bons olhos para o capitalismo. Então, começou uma forte negação- por meio da igreja e detentores de poder da época- da autonomia feminina.

Essa negação se deu, de início, por meio de narrativas populares:


Por ora, basta dizer que, em resposta a nova independência feminina, vemos o começo de uma reação misógina, mais evidente nas sátiras dos *fabliaux*, 23 em que encontramos os primeiros indícios do que os historiadores definiram como “a luta pelas calças”. (FREDERICI, 2017, p. 65).

Foram inúmeras as atrocidades praticadas, tanto pela igreja como pelos detentores de poder, às mulheres. Mas, vale ressaltar que a finalidade dessa pesquisa está centrada no mercado de trabalho. Diante disso, no decorrer da transição para o capitalismo, uma das formas de dominação da mulher foi a proibição da participação produtiva e a redefinição de seu papel social.

É aqui que mulher passa a ter a função de dona de casa:

Essas mudanças históricas — que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral— redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu, daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. (FREDERICI, 2017, p. 145-146).

As mulheres, também, foram associadas a bruxaria por buscarem independência e



autonomia reprodutiva. Logo, as que buscavam métodos contraceptivos eram tidas como hereges e taxadas como bruxas. Então, iniciou-se a grande caça às bruxas, ponto que é abordado na obra ‘Calibã e a Bruxa’, de Silvia Frederici.

Cabe dizer que a negação- ainda nos dias atuais- existente em relação a presença da mulher no mercado de trabalho e de suas capacidades intelectuais, é fruto desses preconceitos que, infelizmente, foram repassados de geração para geração como se fossem uma “herança genética” enraizada na sociedade que deve ser cessada.

2.3 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO SÉCULO XXI.

Graças aos movimentos Feministas que ocorreram no mundo todo, a mulher começou a conquistar seu espaço, com muita luta e perseverança.

No presente momento, é de fácil percepção que as mulheres vêm conquistando mais espaço no mercado de trabalho. No entanto, ainda há muitas disparidades em relação ao gênero masculino. A forma como as mulheres foram subjugadas, no decorrer da história, reflete no cenário atual. Pois, por muito tempo o “lugar” da mulher era cuidando dos afazeres domésticos, cuidando do marido e dos filhos, sendo privada de direitos e liberdade de escolha de seu próprio corpo.

Ainda hoje, mesmo com todo o avanço social, a mulher ainda ocupa cargos que estão relacionados a desvalorização do trabalho, como o trabalho doméstico, cuidadora e de limpeza. Enquanto o homem ocupa mais cargos de prestígio como o de gerência.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, no Brasil, os homens ocupavam 60, 9% dos cargos de gerência- privados ou públicos- enquanto a mulher ocupava apenas 39, 1%, mesmo tendo níveis de escolaridade equivalentes ou até maior, no caso da mulher.

Essa disparidade, outrossim, é tida na questão salarial, mesmo ocupando os mesmos cargos. De acordo com o IBGE, em 2016, as mulheres receberam aproximadamente $\frac{3}{4}$ do que os homens receberam da renda média de trabalho. Quando é analisado o fator ensino superior, essa diferença é ainda maior, em 2016, na mesma pesquisa, foi apontado que a diferença de rendimento equivale a 63,4% do rendimento que os homens recebiam.

Todos esses apontamentos constataam que a sociedade foi moldada por ideologias patriarcais que, ainda, se mostram fortemente presentes na sociedade atual.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher sempre enfrentou dificuldades na vida em sociedade. No que tange a inserção no mercado de trabalho, não foi diferente. Proibida pelo Estado, igreja e até por sua própria família de trabalhar e conquistar independência, foi obrigada por muito tempo a se contentar em servir e procriar.

No entanto, graças aos movimentos Feministas de emancipação da mulher, esse cenário vem sendo modificado. A mulher vem conquistando cada dia mais seu espaço, reescrevendo sua história e garantindo melhores condições no que diz respeito ao mercado de trabalho. Entretanto, entende-se que ainda é necessário que haja muitas mudanças, principalmente -como foi visto- no que compete a igualdade salarial.

Portanto, a problemática sociológica por trás de todo preconceito e disparidades que as mulheres enfrentam, é consequência de um sistema patriarcal e misógino em que a sociedade foi moldada. Diante de todo o exposto, esse trabalho objetivou não somente mostrar a disparidade salarial entre homem e mulher, e os preconceitos que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, mas sim compreender a origem e os inúmeros fatores que culminaram para que esse problema ocorresse.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Maria. **Para a história das mulheres na Pré-História: em torno de alguns atributos do discurso**. Promotora, ano 4, n. 4, p. 37-51, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FRANCO, Mariana Neves; LOBATO, Vanessa Souza. **O PRECONCEITO COM A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS MULHERES: problematizando a subjugação do trabalho feminino**. *Ab origine – Cesut em Revista*, v. 29, n. 29, p. 320-334, jul./dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística de Gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho**, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia**



Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra; PEREIRA, André Marcelo Lima. **A DESVALORIZAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO.** *Organizações e Sociedade*, Iturama, v. 6, n. 5, p. 133-148, jan./jun. 2017.

VALE, Ana. **A mulher e a Pré-História: alguns apontamentos para questionar a tradição e a tradução da mulher-mãe e mulher-deusa na Arqueologia pré-histórica.** *Conimbriga – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, ano 54, n. LIV, p. 2-25, jan./mar. 2015.

SOBRE OS ORGANIZADORES

SARAH LOPES PASSARINHO



Advogada, Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA, Pós-Graduada em Direito Tributário e Aduaneiro (PUC-MG) e membro do Grupo de Pesquisa Inovações no Processo Civil (CNPQ), na Linha: Efetividade da Execução pela Universidade Federal do Pará - UFPA; do Núcleo de Estudos Avançados em Direito Financeiro e Tributário da LAJUPA (NEADFT); da Comissão de Jovens Advogados; e da Comissão do Contencioso Administrativo e Judicial Tributário e Combate ao Abuso do Contribuinte - OAB/PA. Ademais, possuo experiência profissional nos ramos do Direito Tributário, Processual Civil e Público, através do assessoramento jurídico de empresas, confeccionando relatórios e atuando tanto de forma preventiva quanto contenciosa. Além disso, sou Conciliadora e Mediadora certificada pelo Tribunal do Consumidor (TDC), bem como, possuo experiência prática no assessoramento jurídico condominial, buscando a satisfação de dívidas tanto judiciais, quanto extrajudiciais. Durante a graduação, fui coordenadora e membro do Projeto de Extensão "Ilhas Legais" do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo Junior - NIEJ, prestando assessoramento jurídico gratuito as comunidades quilombolas (2017 - 2018) com vistas ao requerimento de benefícios previdenciários, regularização da comunidade, dentre outros.

SOBRE OS ORGANIZADORES

ANDRÉA CRISTINA MARQUES DE ARAÚJO



Possui graduação em Bacharelado em Administração pela Universidade da Amazônia-UNAMA (1995), Especialização em Sistemas de Informação pelo CESUPA (1999) e Mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2001). Cursando Doutorado em Ciência da Informação, na Universidade Fernando Pessoa - UFP, em Porto/Portugal. Atualmente é professora titular mestre do CESUPA, funcionária concursada (aprovada em 2º lugar no concurso público), cargo de administradora no Banco do Estado do Pará, com função de analista lotada na Superintendência de Desenvolvimento, atua como OUVIDORA GERAL no CESUPA (com registro na Associação Brasileira de Ouvidores e titulação no Curso Nacional de Certificação em Ouvidoria) e é membro do CONSELHO EDITORIAL da Editora e-Publicar. Na área de gestão acadêmica, já atuou como coordenadora de Curso de Graduação Bacharelado em Administração da Faculdade Ideal FACI, coordenadora do curso de especialização em Informática na Educação do CESUPA e como coordenadora de TCC dos cursos de Sistema de Informação Engenharia da Computação e Ciência da Computação do CESUPA. Como experiência docente, lecionou em cursos de graduação de diversas faculdades como CEFET, IFPA, CESUPA, FACI, UNAMA e FAP, e professora de especialização de cursos no CESUPA e FACI. Tem experiência na área de Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação e Educação, com ênfase em Tecnologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: administração, informática na educação, sistemas de informação e processo decisório, metodologia acadêmica. Tem três livros publicados, textos publicados em jornais e artigos e capítulos de livros publicados em eventos, congressos e revistas.

SOBRE OS ORGANIZADORES

VINÍCIUS RICARDO PEREIRA DE MATOS



Discente do 10º período do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará. Possui produção jurídica especificada nas áreas de Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho, com publicações de artigos científicos e capítulos de livros. Voluntarioso, solícito, dedicado, compromissado e diligente nas produções acadêmicas e profissionais, buscando sempre expandir seu conteúdo e colaborar com as produções acadêmicas e com o debate jurídico pertinente.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

COLETÂNEA DE TRABALHOS ACADÊMICOS:

PORTFÓLIO DE RESUMOS, RESENHAS E ARTIGOS

Andréa Cristina Marques de Araújo
Sarah Lopes Passarinho
Vinícius Ricardo Pereira de Matos
Organizadores



2021

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
[@epublicar](https://www.instagram.com/epublicar)
[facebook.com.br/epublicar](https://www.facebook.com/epublicar)

COLETÂNEA DE TRABALHOS ACADÊMICOS:

PORTFÓLIO DE RESUMOS, RESENHAS E ARTIGOS

Andréa Cristina Marques de Araújo
Sarah Lopes Passarinho
Vinícius Ricardo Pereira de Matos
Organizadores



2021